



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO  
Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade

ATA DE REUNIÃO

**1. IDENTIFICAÇÃO DO COMITÊ/COMISSÃO/GRUPO**

**Nome:** Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade (CPLS)

**Coordenadora:** Desembargadora Regina Aparecida Duarte

**2. INFORMAÇÕES DA REUNIÃO**

**Data:** 06/05/2025 **Hora:** 11h00

**Local:** Online

**3. PARTICIPANTES**

Nome	Lotação
Regina Aparecida Duarte	Desembargadora - Coordenadora
Paulo José Ribeiro Mota	Desembargador - Vice-Coordenador
Silvane Aparecida Bernardes	Desembargadora - Coordenadora do Subcomitê de Classificação e Avaliação de Bens Móveis Inservíveis Destinados ao Desfazimento
Rômulo Borges Araújo	Diretor-Geral da Administração
Fernanda André Delicio	Secretária-Geral da Presidência
João Vitor Gândra	Diretor da Secretaria de Infraestrutura, Logística e Administração Predial
Márcio Vinícius Gimenes Milan	Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica e Projetos
Fernanda Machado Martins	Diretora da Divisão de Sustentabilidade,

**4. PAUTA**

- Migração para o mercado livre de energia
- Participação do Tribunal no programa de eficiência energética da ENEL
- Busca por programas de doação de painel solar e equipamentos correlatos



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade**

**5. DISCUSSÕES**

**1. Mercado Livre de Energia**

O servidor João Vitor Gândra apresentou uma análise detalhada sobre a possibilidade de migração para o Mercado Livre (ML) de Energia, explicando as diferenças entre o mercado regulado e o livre.

Apresentou como principais vantagens a redução de custos, previsibilidade de custos e a sustentabilidade com a possibilidade de optar por fontes de energia renováveis.

Já em relação às desvantagens, citou que seria uma possível exposição ao valor de mercado da energia, caso o contrato não seja renovado e não assine um novo a tempo, a complexidade de gestão, exigindo a contratação de uma empresa para gerenciar o processo, e a necessidade de planejamento por parte do Tribunal, já que o processo de migração demoraria próximo de 180 dias após a assinatura do contrato com a empresa gerenciadora.

Para efeito de conhecimento, expôs algumas contratações públicas já existentes que envolveu a migração para o Mercado Livre de Energia, explicando, posteriormente, que apenas 9 (nove) unidades do Tribunal estariam aptas a migrar, uma vez que, no momento, somente unidades que operam em média ou alta-tensão são elegíveis.

Todavia, mencionou que o governo já sinalizou a intenção de ampliar o ML para unidades que também utilizam a baixa tensão, o que possibilitaria uma migração de todos os prédios do Tribunal.

Em relação à economia estimada, pontuou que seria entre 14% a 20% do valor atualmente gasto com energia elétrica, variando entre R\$ 600 mil a R\$ 980 mil anuais para nove unidades, dependendo da bandeira utilizada para efeito da comparação e levantamento da diferença de gastos.

A Desembargadora Regina Duarte expressou preocupações sobre segurança e sugeriu um projeto-piloto antes de expandir para mais unidades. Desembargador Paulo Mota e Rômulo discutiram a necessidade de consultoria técnica e possíveis parcerias com outros órgãos para obtenção de informações mais detalhadas e verificação das experiências adquiridas. Rômulo ainda demonstrou preocupação em relação ao suporte que teríamos a partir dessa migração, que poderia ser diferente do que temos, atualmente, com a



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade**

concessionária como responsável por todas as etapas do processo. Salientou que, nesse contexto, seria necessário entender bem como ocorreria em situações excepcionais após essa migração para o ML.

## **2. Programa de Eficiência Energética da Enel**

Seguindo com a pauta prevista, Gândra apresentou um resumo sobre a participação do Tribunal no Programa da ENEL.

Explicou que o Tribunal já participou de programas anteriores, sendo contemplado em outros anos, ficando como suplente em 2024, quando foi apresentado projeto de melhoria no sistema de ar-condicionado do Fórum Ruy Barbosa. Este ano, está novamente concorrendo, sendo apresentado o projeto de 2024 com pequenos aperfeiçoamentos e melhorias.

O projeto contempla a troca de um dos chillers do sistema de ar-condicionado e outros componentes menores para melhorar a eficiência energética, sendo que a execução seria totalmente sem custo para o Tribunal.

Os resultados preliminares foram postergados para 20 de maio, e finais para 10 de junho.

## **3. Busca por programas de doação de painel solar e equipamentos correlatos**

Como terceiro e último item da pauta, Gândra informou que, conforme comentado na última reunião, foi realizado no final do ano passado um estudo de viabilidade para verificar quais prédios do Tribunal teriam condições de receber a instalação de painéis solares. Esse estudo já está concluído e apresenta os locais com potencial para implantação do sistema fotovoltaico.

No entanto, foi destacada a atual restrição orçamentária enfrentada neste exercício, com possibilidade de continuidade no próximo, o que dificulta a execução do projeto no curto e médio prazo. Além disso, o Tribunal possui diversas outras demandas prioritárias que também exigem atenção e alocação dos recursos disponíveis, o que reforça a necessidade de estabelecer prioridades diante do cenário atual.

Diante disso, a equipe tem buscado alternativas para viabilizar o projeto de forma que não dependa exclusivamente de recursos próprios. Uma das possibilidades discutidas foi



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade**

a participação em projetos de doação de painéis solares por empresas interessadas em iniciativas de compensação de carbono. Essas empresas financiam a instalação dos sistemas como forma de alcançar metas de sustentabilidade, o que pode representar uma oportunidade para o Tribunal.

Gândra ressaltou a necessidade de avaliar custos indiretos, como manutenção, e realizar processo administrativo para garantir transparência e legalidade para um possível chamamento público caso seja verificado que a solução é possível de ser implementada.

#### **4. Encerramento**

Não havendo outros assuntos, a Coordenadora do Comitê questionou se alguém mais gostaria de falar sobre algum assunto. O servidor Rômulo apontou que seria importante verificar a visão do CSJT a respeito do Mercado Livre. Se já possuem algo mapeado ou definido sobre o assunto.

Posteriormente, a servidora Fernanda André Delicio citou que, em consulta prévia junto aos demais secretários-gerais da presidência dos TRTs de todo o país, há a informação de que o TRT da 13ª Região (Paraíba) já utiliza o Mercado Livre de Energia em suas instalações. Foi mencionado que esse modelo já está implementado naquele Tribunal.

Diante disso, ficou de ser feito um contato direto com o secretário-geral do TRT 13, com o objetivo de confirmar a informação, obter mais informações sobre a experiência deles e os termos adotados na implantação, sendo encaminhada a informação para a SILAP posteriormente, a fim de contribuir com os estudos e tomada futura de decisão.

Sendo assim, nada mais tendo a ser debatido, a reunião foi encerrada.

#### **6. ENCAMINHAMENTOS**

<b>Ação/medida a ser tomada</b>	<b>Responsável</b>	<b>Data</b>
Continuar com os estudos sobre o Mercado Livre de Energia, obtendo detalhamentos e esclarecendo as preocupações citadas na reunião	SILAP	Apresentação para o Comitê na próxima reunião ou, se já finalizados, de forma antecipada.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade**

Acompanhamento dos resultados do programa de eficiência energética da ENEL	SILAP	Apresentação para o Comitê na próxima reunião ou, se já finalizados, de forma antecipada.
Pesquisa no mercado acerca da possibilidade de participação em projetos de doação de instalação de painéis solares, e levantamento de detalhes e informações	SILAP	Apresentação para o Comitê na próxima reunião ou, se já finalizados, de forma antecipada.

**7. FECHAMENTO**

**Data, hora e local da próxima reunião:** 07 de julho das 11h às 12h

**8. ASSINATURA DA COORDENADORA DO COMITÊ**

<b>Nome</b>	<b>Assinatura</b>
Regina Aparecida Duarte	REGINA APARECIDA DUARTE:138827  Assinado de forma digital por REGINA APARECIDA DUARTE:138827 Dados: 2025.05.16 18:01:16 -03'00'